

Sobre plebiscitos

Apesar do famoso conto de Artur Azevedo, tudo leva a crer que continuamos sem saber o que é plebiscito. Na propaganda televisiva, aparece um locutor, apregoa as virtudes do sistema que lhe cumpre defender, mas, logo a seguir, surge o seu sucessor para “desmentir” tudo o que foi dito antes. O dr. Paulo Brossard tentou intervir para limpar a área, mas parece que a sua palavra, douta e pausada, não alcançou o objetivo visado. Talvez, então, seja melhor voltar ao ponto de partida e procurar responder à pergunta do garoto: “Papai, que é plebiscito?” Eis o que vamos tentar fazer. Plebiscito é palavra de origem latina, formada pela junção de duas outras palavras: *plebs* “a plebe” e *scitum* “a decisão”, de onde *plebiscitum* “a decisão do povo”. Plebe aí não tem nenhuma conotação pejorativa; significava apenas a parte do povo romano, a grande maioria, que se opunha aos patrícios, a minoria, muito escassa realmente, dominante. Posteriormente, com a constituição da realeza, a plebe passa a opor-se à nobreza, a casta dos privilegiados de sangue azul. O que não impediu, aliás, que, mais de uma vez, o príncipe preferisse uma plebéia para casar-se. Como na romântica estória da Cinderela. Atualmente, plebiscito é uma consulta que o Governo faz diretamente ao povo quando tem necessidade de uma decisão fundamental para o andamento dos negócios do estado. Ou, mais restritamente: consulta direta ao corpo eleitoral, ao cidadão-eleitor. Vê-se, pois, como carece de sentido o recente “plebiscito interno” realizado pelo PT, para decidir a respeito do voto que deveria impor aos seus filiados. O erro está em vincular o plebiscito a uma legenda partidária, o que é negar a essência da consulta, que é direta ao povo, sem a intermediação de agremiações de qualquer natureza. O plebiscito está fora e acima dos partidos. O Governo que pergunta e o eleitor que responde são os únicos interlocutores admitidos nesse diálogo decisório. Não há voto de legenda, o voto pertence exclusivamente à consciência política do cidadão eleitor. Não assiste, pois, a mais mínima razão ao sr. Lula da Silva, quando declara que “o plebiscito interno” foi o maior evento democrático já realizado pelo PT. Ao contrário, foi um dos maiores equívocos de seu percurso doutrinário. Pretendendo espartilhar a consciência do seu filiado enquanto cidadão da república (e, nesse sentido, é que foi convocado a manifestar-se), converteu-se tal plebiscito num ato de violência partidária, portanto anti-democrático, inconstitucional e, pior que tudo, vulnerador da própria natureza do comício. Trata-se, portanto, de um ato nulo, pleno jure. Que impede possa a direção do PT impor qualquer espécie de sanção ao filiado que vier a “desobedecer” aos ditames do seu malogrado “plebiscito interno”.

[Carta aos leitores]
O Globo, 01/04/1993

*